RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, PARANÁ. Exercício de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANA, localizado na Rua Prefeito Neuri Baú, 975, CNPJ nº 76.205.707/0001-04

1. Normatização do sistema e Histórico Legal

Composição da equipe para elaboração do projeto do Sistema de Controle Interno.

Interno:

LUIZ CARLOS GOTARDI – PREFEITO MUNICIPAL; DALVO KOERICH – VICE PREFEITO; LEDOVINO JOÃO FASOLIN – TEC. CONTÁBIL; ALDORI BIANCHINI – ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO; JOSE WILSOM MASSON – ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO.

No gabinete do prefeito foram reunidas às pessoas acima que opinaram sobre a elaboração do projeto do Sistema de Controle Interno.

NOVEMBRO /2006 — Reunião da equipe com a Direção da Entidade, visando escolher subsídios para o projeto do Sistema do Controle Interno do Município de Salto do Lontra. A Administração fez a apresentação do Projeto com base no modelo lançado pelo Tribunal de Contas e colocado as particularidades do Município.

MESAGEM DO PROJETO DE LEI Nº. 118/2006

Visa o presente projeto de Lei a implantação da fiscalização do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, nos termos do art. 31 da Constituição nº 680/06 do Tribunal Pleno de 25 de maio de 2006 que diz "... para isso proponha".

 "O prazo de 12 (doze) meses para a implantação dos modelos previsto neste voto e mais do que contar de regulamentação especifica para o controle externo e interno do respectivos atos.".
 E também o Acórdão nº. 764/06 – Tribunal Pleno 19 de julho de 2006 que diz "...DETERMINAÇÃO.".

1. Determinar que a partir do Exercício de 2007 seja implantado o sistema de controle interno, sob pena de emissão de parecer prévio opinado pela irregularidade das contas".
Conforme já citado nos acórdãos acima do Tribunal Pleno existe a necessidade do parecer prévio de acompanhamento da prestação de contas, no mês de janeiro de 2008 o sistema já se encontrava implantado havendo o acompanhamento mês a mês e no final do exercício de 2008 tendo sido emitido o parecer prévio.

Mês/Ano – Aprovação da Lei nº. 128/2006 de 13 de dezembro de 2006. – Criação legal do sistema, Lei 128/2006, Portaria nº. 164/2007, Instrução Normativa, Nº. 01/2007 e Manual de Controle Interno, Portaria, 077/2013 – Designando Membros da Unidade Seccionais, Decreto 371/2007. Homologa Instrução Normativa 01/2007 e Manual Controle Interno.

SUMULA LEI: Dispõe sobre Fiscalização no Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná pelo Sistema de Controle Interno do Poder do Executivo, nos termos do Art. 31 da Constituição Federal da República.

2. Qualificação dos responsáveis pelo Controle Interno no exercício de 2022 e pela emissão deste relatório

CONTROLADOR A DO EXERCÍCIO DA PRESTA	
Nome: VILSOM SPADA	CPF: 581.030.159-20
Período de responsabilidade: 18/01/2022 a	31/12/2024
Servidor ocupante de cargo efetivo?	(X) SIM () NÃO
Nome do cargo efetivo ocupado: ASSISTEN	ITE DE ADMINISTRAÇÃO
FORMAÇÃO: TECNOLOGO EM GESTAO F	
Realizou cursos de capacitação relacionad nos últimos 60 meses?	dos à atividade desempenhada
(x) Sim, apresentar cópia dos cert Treinamentos pelo EGP, TCE/PR, Acompanhamento de lives do TCU e TCE/F	

NE

3. Relação de Servidores

VILSOM SPADA – servidor efetivo na função de Assistente de Administração, admitido em 11/05/2007, designado através da Portaria n °. 047, de 19 de Janeiro de 2021 como Controlador Interno da Lei Municipal nº. 128 de dezembro de 2006.

4. Atividades Desenvolvidas pelo Controle Interno no exercício de 2024

N°	Período avaliado	Setor	Ações/Pontos de Controle	Metodologia Utilizada *	% ou amostra	Conclusão
01	Jan a Dez /2024	Financeiro	a) Programação financeira em conformidade com a previsão. b) Realização e controle das receitas e despesas realizadas. c) Conciliações bancárias.	Visita in loco, exames e verificação de documentos.	avaliada 100%	Regular
02	Jan a Dez /2024	Licitação e Contrato	a) Controle e aplicabilidade das modalidades de licitação. b) Controle e estudo das modalidades de dispensa de licitação e elegibilidade. c) Controle na realização de contratos.	Visita in loco, exames e verificação de documentos.	100%	Regular
03	Jan a Dez 2024	Recursos Humanos	a) Controle do limite das despesas com pessoal. b) Verificação na concessão de vantagens.	Visita in loco, exames e verificação de documentos.	100%	Regular
04	Jan a Dez 2024	Arrecadação	a) Verificação na cobrança da divida ativa. b) Controle sobre as fiscalizações realizadas.	Visita in loco, exames e verificação de documentos.	95%	Regular com ressalva
05	Jan a Dez 2024	Contabilidade e planejamento	a) Acompanhamen to na elaboração e execução do plano, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária. b) Verificação na realização dos créditos adicionais e controle do limite. c) Controle e acompanhamento nas emissões de empenho. d) Verificação dos	Visita in loco, exames e verificação de documentos.	100%	Regular

Rua Rio Grande do Sul, 975 Cep. 85670.000 Cx. Postal 31

			restos a pagar .			
06	Jan a Dez 2024	Saúde	a) Controle e estudos dos atendimentos e exames realizados na população. b) Verificação da realização das despesas para aplicação mínima do índice da saúde.	Visita in loco, exames e verificação de documentos.	90%	Regular com ressalva
07	Jan a Dez 2024	Educação	a) Acompanhamen to na execução dos roteiros do transporte escolar . b) Verificação no fornecimento e distribuição da merenda escolar nas creches e escolas municipais. c) Controle e acompanhamento na realização das despesas para aplicação mínima em educação.	Visita in loco, exames e verificação de documentos.	100%	Regular
08	Jan a Dez 2024	Ação Social	a) Acompanhamen to das ações assistências juntos a população mais carente	Visita,	100%	Regular

5. Considerações relevantes e medidas recomendadas em relação ao item 4

Com referência as recomendações e medidas relevantes esta controladoria com relação ao item 4, realizada recomendação com relação ao cadastro imobiliário do município para atualização da base de cálculo do IPTU e demais tributos, para consequente aumento na arrecadação de municipal.

Salientamos que o CI não tem competência para concluir pelo atendimento ou não atendimento sendo que esta conclusão exclusiva do chefe do executivo e do Departamento Orientado.

6. Síntese das avaliações

Procedimentos Realizados (*)	Avaliação (**)
Planos e Políticas de Governo	
Cumprimento das metas contidas no Plano Plurianual	Regular

Eficácia da aplicação das políticas de governo	Regular
Estimativas da receita em bases conservadoras	Regular
Adequação da LOA ao PPA e à LDO	
Diretrizes contidas na LDO	Regular
Ações e programas do PPA previstos para o período	Regular
Execução Orçamentária	
Realização da receita e renúncia fiscal	Regular
Medidas para cobrança da dívida ativa	Regular
Programação financeira e congelamento de dotações	Regular
Alterações Orçamentárias	g
Créditos suplementares	Regular
Créditos especiais	Regular
Créditos extraordinários	Regular
Regimes Próprios de Previdência Social	1 togular
Repasses das contribuições retidas e patronal, bem como dos aportes para amortização do déficit em conformidade com o cálculo atuarial	N/A
Pagamentos dos parcelamentos das dívidas com a previdência própria	N/A
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	
Ato de nomeação dos membros	Decretos nº 069/2021 6 478/2022
Composição	12 Membros
Funcionamento – regularidade das reuniões	Regular
Qualidade das informações prestadas	Regular
Parecer do Conselho sobre as contas de 2024	Regular
Remuneração do magistério, aplicação de no mínimo 70% das receitas do FUNDEB no exercício de 2024	Regular 82,12%
Relação à aplicação, no exercício de 2024, de no mínimo, 90% dos recursos do FUNDEB	Regular 99,03%
Conselho Municipal de Saúde	
Ato de nomeação dos membros	Decretos nº 223/2021
Composição	16 Membros
Funcionamento – regularidade das reuniões	Regular
Qualidade das Informações prestadas	Regular
Parecer do Conselho sobre as contas de 2024	Regular
Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde é executada de forma	Centralizada
Comitê Municipal do Transporte Escolar	
Lei de criação	Lei nº 060/2016
Ato de nomeação dos membros	Decretos nº 072/2021

Parecer do Comitê em relação às competências descritas no Art. 17 da Resolução nº 777/2013-GS/SEED	Regular
Gastos com Pessoal do Poder Executivo	
Apropriação contábil da despesa	Regular
Limite de gastos	40,56% Regular
Dívida Consolidada	
Apropriação contábil da dívida	Regular
Limite da dívida consolidada	1,24% Regular
Limites Constitucionais	
Índice das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recálculo Processo nº 170596/22)	26,26% Regular
Índice das despesas com serviços públicos de saúde	31,01% Regular
Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas	
Compatibilidade dos dados enviados ao Tribunal em relação ao Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM) com os sistemas da entidade, como por exemplo as demonstrações contábeis e os relatórios de execução orçamentária (RREO) e gestão fiscal (RGF)	Regular

(*) Programa mínimo indicado pelo Tribunal e Contas

(**) Avaliação = Regular, Irregular ou Ressalva

7. Considerações relevantes quanto ao item 6 do Relatório

Com relação itens regular com ressalva as medidas para que futuramente essas informações tornem-se regulares já estão sendo adotadas por parte da Administração e sendo fiscalizada pelo Sistema do Controle Interno, tanto o índice de educação para os exercícios seguintes o percentual se dar no encerramento do final do ano.

Salientamos que o CI não tem competência para concluir pelo atendimento ou não atendimento sento que esta conclusão exclusiva do chefe do executivo e do Departamento Orientando.

8. Demais ações desenvolvidas

Foram desenvolvidas ações em face das recomendações derivadas dos procedimentos de fiscalização do Sistema Gerenciador de Acompanhamento – SGA, sendo que foram encaminhados os documentos e esclarecimentos solicitados.

9. Encaminhamento da Prestação de Contas para a Câmara Municipal

Foram encaminhados os documentos abaixo para a Câmara Municipal em 31 de março de 2025, em atenção ao art. 49 da Lei Complementar n.º 101/00.

- Demonstrativo analítico, emitido pela tesouraria, dos saldos financeiros em caixa e bancos em 31/12/2024 inclusive das aplicações financeiras conforme totalização constante do Balanço Patrimonial.
- Demonstrativo das conciliações bancárias das contas em que o saldo contábil é divergente do saldo registrado na tesouraria.
- Todos os Anexos de Balanço previstos no art. 101 da Lei 4.320/64, estruturado conforme as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP STN) e NBC T 16.6, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitidos pelo sistema de contabilidade, em conjunto com os Anexos correspondentes emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios de Gestão Fiscal publicados durante o exercício de 2024, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária publicados durante o exercício de 2024, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Cópia integral do processo de prestação de contas enviado ao Tribunal relativo ao exercício financeiro objeto deste relatório.

Salto do Lontra, 28 de março de 2025

VILSOM SPADA Controle Interno - AVAUACHO DE SESTÃO

RESOLUÇÃO N.º 001/2025, de 27 de março de 2025, do Conselho

Municipal de Saúde do Município de Salto do Lontra

Dispõe sobre as conclusões acerca do Relatório Anual de Gestão do Órgão Executor da Saúde do Município de Salto do Lontra, relativas ao exercício de 2024, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Salto do Lontra, em reunião ordinária realizada em 27 de março de 2025, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 020 de 16/09/1991;

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n.º141, de 13/01/2012;

Considerando o inciso IV, do art. 4.°, da Lei Federal n.°8.142, de 28/12/90, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3.° dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão e;

Considerando o § 4.º do art. 33, da Lei Federal n.º8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde.

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Relatório Anual de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Salto do Lontra, referente ao ano de 2024.

Salto do Lontra, de 27 março de 2025.

Josi Mara Dallo

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVALIAÇÃO DA GESTÃO (PARA FINS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

- 1. O Conselho Municipal de Saúde de Salto do Lontra, em atendimento às exigências legais, notadamente o § 1.º do Art. 36, da Lei Complementar n.º 141, de 13, de janeiro de 2012, a regulamentação própria desta Unidade Federativa e normas do Ministério da Saúde, para fins da Prestação de Contas Anual, do exercício de 2024, do Fundo Municipal de Saúde, é de parecer pela Regularidade das contas da gestão, encontrandose o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- 2. A opinião supra está consubstanciada nos resultados do acompanhamento periódico, na apreciação dos Relatórios Trimestrais de Gestão e no Relatório de Gestão Anual do Fundo Municipal de Saúde, relativamente ao exercício financeiro de 2024, conduzidos pelo Conselho Municipal da Saúde segundo o planejamento definido para o período, observando as competências legais do Conselho, com abordagem nos seguintes aspectos:
- I) Organização do Conselho Municipal de Saúde;
- II) Reuniões ordinárias para acompanhamento da execução orçamentária da saúde;
- III) Reuniões extraordinárias para tratar de assuntos que demandavam urgência;
- IV) O grau de relevância atribuído pelo gestor ao Conselho Municipal no planejamento e na tomada de decisões relacionadas ao setor da saúde;
- V) A efetividade do sistema de planejamento, respectivo ao processo de elaboração e à inclusão dos instrumentos de planejamento da saúde no PPA, LDO e LOA;
- VI) Fiscalização do cumprimento do Plano Municipal de Saúde;
- VII) Acompanhamento da execução da Programação Anual de Saúde;
- VIII) Avaliação da dedicação ao cumprimento de metas físicas e financeiras dos Planos de Aplicação dos recursos da saúde;
- IX) Avaliação da dedicação do gestor às ações e atividades da estratégia Programa Saúde da Família;
- X) Análise do Relatório de Gestão Municipal da Saúde e;
- XI) Acompanhamento, até onde os exames puderam alcançar, do cumprimento do percentual constitucional mínimo de receitas vinculadas à saúde, compreendendo as receitas de impostos e transferências constitucionais vinculadas e respectivo rendimento de aplicações financeiras, no ano de 2024, e as despesas realizadas com fontes livres e mais as vinculadas pela E.C. 29/00, destinadas às ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos arts. 2.º e 3.º da Lei Complementar n.º 141/2012, podendo-se opinar que não foram constatadas ofensas às normas.



Município de Salto do Lontra Estado do Paraná CNEL 76 205 707/2005

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

3. A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Salto do Lontra, 27 de março de 2025.

si mana Pallo

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Demais Membros:

JOSE E. TELLES

EDIR OAUABARBA

REGIANE PEROTONI

TLEEU DEBASTIANI

ZENAIDE DAS. CARVALHO

Sondreson, Robert C. Levelt, Scordia modern Demetro, Gener Terre Riberto, Marine 9. Narra, Dos dias vinte e quatro do mes de março de ano de dois mil e vinte e cinco, ren nurain - se mas dependent da Prefectura Muni-Cipal de Coducação funtamente com a che-lia de Galinete Operana Techio hagses Belica e a secretaria de Coducação Edineia Wala barba Belo para conversa para retorno de executive e resporta para implementación de lara aturdade, a chife de Galinete colore que para atender a esta demanda e necessará vinte e dois padrões, repassando também alguns dados e gráficos, disendo ter um numero basante expressies de profissionais, a secretaria fiz um levantamento para uma possível neucleanização, mão perio possível pois as excelas da cidade mão compor taria a quantidade de crianças, mão emiste estrutura, para isso é necessario. un planejamento de investmento a longo paro Então uma das possibilidades apontado levendo em conta o menor impacto para es alunos, seria a emplantacae total a partir das formas de julho, apór analise e aprovocato do executivo, se na então comunicado a associação do Professores (APML) para uma conversação pobre a sugestas, sendo cesim encerso a ata com a minha assinatura e as demais Heandra mocelin rametro, Cindressa meuro

	N. C.	relle, Edine , Georana I		
			The state of the s	

				······································

As desenance dias de mis at feverina de ano de dais mile unite a circa des aito hands e trinta minutas, rumin - ke o consulho de elementação todos (CAE) do humácipio de solto de lantra - PR, na pede da secretara humapal de Educação, com a firababate de analism e aprarar as contos refuentos do marços dos premesos destinados à minuado endos, proprier do feundo haceal de acempolimento da Educação (FNOE) a de recursos proprier de município, pripos ntos os humácios de 2024. E permiso foi presidiada pula presidente do CAE. São . Osogipea higo e estados com a prisença dos demais menhos de pala elha. E previtar a proprier dos demais menhos de pala elha. E previtar a prisença dos demais menhos de publicar. Elha. E previtar a debelhado procedo a debelhado de del presidente do della de presentar as demandados pulas previtar adalabativa.

aplicopa त्रक प्रथमान्य प्रथमित क का स्कर्ण de complementação financias com recursos papasos a dougho <u>Jaknoden</u> Survey of apos a condition editions or marine work from spheads o manifatorios contracios, foi jugistrado que do services 1400 de Educação, São do carrello, rabition que a phylaig & rumais pars a sh Museus / list <u>u</u> rate nachen do FNAE quare boundo a listor, gundilimo assirada pelas membas presentes, Rasimori techistapas, R. Crestoni de Andrack Somerio, Manceclaia Tonello Conte, Wante Volgapui, Pental Delante Gissele Rizzo marque Monto Perão Edineia D. Bello

Cos treze dias de mis de março de março de dois mil e vinte sinco, reunirom-se nos dependências da Secretaria municipal de Educação de Salto do Sontra es membros do Conselho do FUNDEB para a prestação de contas de dois mil e vinte quatro. Co secretaria Edineia Iblalarba Bello ciniciou agradecendo a presença de todos, em seguida, forom apresentados os dodos financiaros referentes ao FUNDEB no periodo analisado, conforme descrito: Receita recebida: R# 11.091.145,60;
VAAR FUNDEB: R# 198.592, 40; Rendimentos de Caplicação Linanciara: R# 107.263, 56;
Duperarit do exercicio anterior: R# 29.406,
16; Os despesas forom detalhados da

pequinte forma: Ouspesas com profissionais da Educação Basica: Rt 9.225.911,69; thas dispusas Rt 9.225.911,69; autras dispesas de Ensino dundamento 273.944, 25. Lorom aplicados ; Educação Especial: R\$ mento des prefissierois de Basica 82, 12% des recurses ultrapassande en recurses en de Ce final de Mercicio, em , de Dalde remanecente em sonta, una de Rt 111.035, que sorresponde a 0,97 % de permitide para ser mo me final de període. apresentados e apos ana embros de Conselho, es realizades foram aprovados dade. nada reunios foi encorrada larrada a presente Francieli Kal Kmann, Ediane aparecida Tonello Conte, Andresso Gerenio; Odiano aparecida Lanadi Janzovo, Lucione Brustolin, Roberto Charles Flavione Fontare Bouraneze

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE 2024 (PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de controle interno no exercício financeiro de 2024, do Chefe do poder executivo Sr. FERNADO ALBERTO CADORE, do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná CNPJ nº. 76.205.707/0001-04, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiados no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela Regularidade da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração para as medidas que entender devidas.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Salto do Lontra, 28 de março de 2025.

VILSOM SPADA

Controle Interno